



**ACÓRDÃO Nº1371/2021– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12233/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMAD
- 4- **Responsável:** Lucas Cezar Jose Figueiredo Bandiera (Ordenador de Despesa)
- 5- **Exercício:** 2019
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5221/2021, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMAD. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão - SEMAD, de responsabilidade do Senhor **Lucas Cezar Jose Figueiredo Bandiera**, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **Lucas Cezar Jose Figueiredo Bandiera**, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE;
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:



**ACÓRDÃO Nº1371/2021– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.3.1.** Ausência de documentações constantes na Resolução n.º 5/90-TCE, em seu art. 2.º e incisos;

**10.3.2.** Ao analisar dados do Relatório de Execução de Despesa por Natureza, extraído do sistema AFIM/2019, foi constatado valor pago decorrentes de multas, juros e encargos ao INSS;

**10.3.3.** Considerando que houve inscrição de Relação de Restos no total de muito superior ao Saldo Financeiro em banco/caixa, informar como será quitada tais despesas, considerando que não existe lastro financeiro para cobri-la sem que prejudique o orçamento;

**10.3.4.** Dada a concessão de adiantamentos pela SEMAD no exercício, encaminhe os Relatórios do Órgão responsável que aprecia as concessões de Adiantamentos da SEMAD, para constatar a quitação dos referidos Adiantamentos;

**10.3.5.** Esclarecer o critério para contratação por dispensa de licitação, encaminhando Laudo do Órgão Responsável avaliando o benefício do preço, se está dentro dos valores de mercado; encaminhando ainda a designação de Fiscal do Contrato, bem como sua atuação de acompanhamento dos Serviços além do Parecer da Assessoria Jurídica para a referida Dispensa;

**10.3.6.** Esclarecer se há justificativa de preço, justificativa técnica de razão da escolha do fornecedor; comprovação da aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com as características do objeto, nas inexigibilidades de licitação;

**10.3.7.** Esclarecer como se deu a vantagem para aderir à Ata de Preço; se participou da Ata ou apenas solicitou adesão, encaminhando documentos que comprove tais solicitações;

**10.3.8.** Considerando os Contratos/Aditivos, esclarecer a necessidade da Despesa, além de encaminhar documentos que comprovem sua realização incluindo os documentos de acompanhamento do Responsável pelo contrato (Fiscal do Contrato). Encaminhar ainda o Termo de Referência/Projeto Básico do referido Contrato original, caso Aditivo;

**10.3.9.** Considerando os dispêndios, informar o porquê dessas Despesas de Exercícios Anteriores terem sido reconhecida pela Administração e não pagas em época certa, informando ainda se as mesmas estavam previstas em Orçamento, visto que, se trata de recurso que não estavam registrados em Restos a Pagar, portanto não havia valores deixados em conta caixa para suprir tais despesas;

**10.3.10.** Considerando que ficou dispêndios a quitar a determinados Órgãos, encaminhar documentos que comprovem sua quitação no exercício seguinte;

**10.3.11.** Após análise do Balanço financeiro, constatou-se um ingresso lançado em Transferências Financeiras Concedidas (independente da Execução orçamentária), informar do que se trata e a origem desses valores;



**ACÓRDÃO Nº1371/2021– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.3.12.** Informar do que se trata os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (INGRESSOS), encaminhando documentos que demonstre a origem desses recursos;

**10.3.13.** Informar do que se trata os Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados (DISPÊNDIOS), encaminhando documentos que demonstre a origem desses recursos;

**10.3.14.** Verificou-se a existência de pagamentos pendentes em Consignações, informar se os mesmos foram quitados no exercício, encaminhando documentos que comprovem a quitação das referidas contas;

**10.3.15.** Em verificação do Balanço Patrimonial, constatou-se duas obrigações (Obrigações Trabalhista, Previdenciárias e Assistência a pagar a curto prazo e demais obrigações a Curto Prazo, entretanto não existe recurso na conta caixa para quitação dessas despesas, informar do que se trata tais obrigações e como a SEMAD irá quitar tais despesas em virtude de não haver suporte financeiro para tal;

**10.3.16.** Em verificação do Balanço Financeiro e o Relatório Analítico, verificou-se divergência nos valores registrados na Conta Caixa do Balanço Financeiro, com o do Relatório Analítico.

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 42ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Dezembro de 2021

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr.João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral